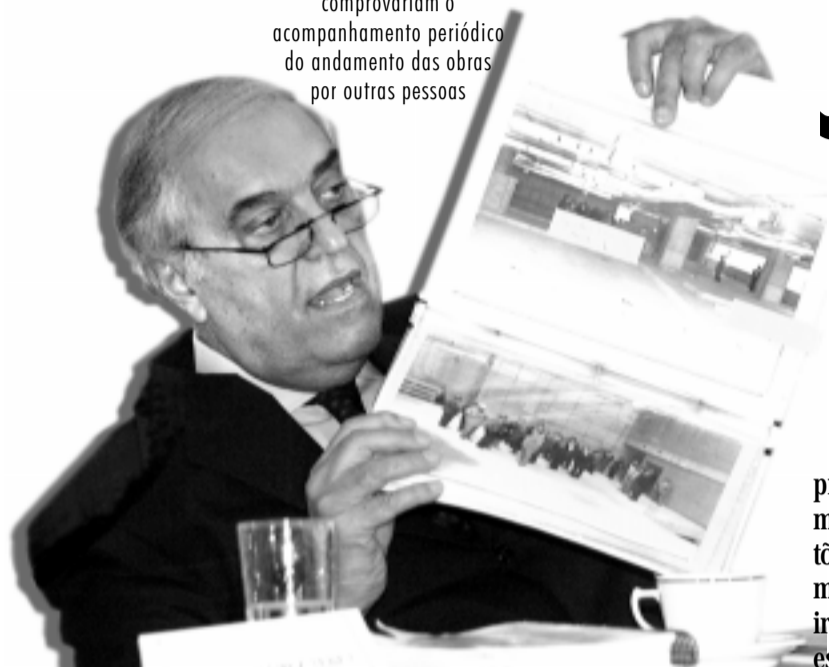


Em depoimento na CPI, o juiz exibiu fotos que comprovariam o acompanhamento periódico do andamento das obras por outras pessoas



## CPI DO JUDICIÁRIO

# Juiz silencia sobre bens e contas no exterior

Ex-presidente do TRT recusa-se a esclarecer se é ou não dono de apartamento em Miami e se transferiu dinheiro para o exterior

O juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do TRT-SP, recorreu ao direito de permanecer calado para não responder a várias questões formuladas pelos senadores, em seu depoimento, ontem, na CPI que investiga denúncias de irregularidades no Judiciário. Ele se recusou a esclarecer se é ou não proprietário de um apar-

tamento em Miami, bem como se transferiu dinheiro para o exterior. A CPI tem em seu poder documentos sobre movimentação de contas supostamente pertencentes a Nicolau nas Ilhas Cayman. Em sua gestão, o juiz deu início à construção de um prédio que já consumiu R\$ 230 milhões e ainda não foi concluído.

PÁGINAS 3, 4 E 5



Blairo Maggi

## Maggi toma posse no Senado

Blairo Maggi (PFL), primeiro suplente de Jonas Pinheiro, que se licenciou por 120 dias, foi empossado ontem como senador. Ele prometeu defender a agricultura.

PÁGINA 12

## José Jorge diz que PFL quer ampliar base

PÁGINA 8

## CPI DO SISTEMA FINANCEIRO

# Procuradoria não foi ouvida antes de socorro ao Marka

O subprocurador Francisco José de Siqueira informou ontem que a Procuradoria do Banco Central só tomou conhecimento da venda de dólares ao Banco Marka, a preços inferiores à cotação do mercado, quando a diretoria já havia decidido a operação e feito a comunica-

ção ao Banco do Brasil para executá-la. Ele fez a revelação ao depor por quase quatro horas na CPI do Sistema Financeiro, que ouviu também, em reunião realizada à noite, o consultor Manoel Lucívio de Loiola, da área jurídica do Banco Central.

PÁGINA 6

## CAE



## Pequenas empresas terão apoio

PÁGINA 9

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável à contratação de crédito externo, no valor de até US\$ 1,2 bilhão, destinado a apoiar pequenas e médias empresas



A rainha Margrethe II, da Dinamarca, esteve ontem em visita ao Congresso. No Senado, ela foi recebida pelo senador Antonio Carlos Magalhães. O presidente do Senado manifestou sua confiança no aprofundamento das relações comerciais e culturais do Brasil com a Dinamarca.

PÁGINA 5

## JUSTIÇA DO TRABALHO

# Extinção de classistas está na pauta

A proposta de emenda constitucional que acaba com a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho deve ser votada hoje em primeiro turno.

PÁGINA 12

# CCJ discute regras para julgar contas públicas

Pauta da comissão, que se reúne hoje a partir das 10h30, também inclui várias propostas de alteração na legislação eleitoral. Uma delas proíbe a reeleição dos prefeitos municipais

Sob a presidência do senador José Agripino (PFL-RN), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se hoje, a partir das 10h30, com uma pauta de 12 itens, entre eles, projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o julgamento das contas dos responsáveis por bens, dinheiro e valores públicos.

Também será examinado, em caráter terminativo, projeto do senador José Agripino que veda aos partidos sem representatividade nacional o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo gratuito para

propaganda no rádio e na televisão. A CCJ deve examinar também projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que proíbe coligações nas eleições proporcionais.

Estará sujeita ainda a deliberação proposta, de autoria do senador José Eduardo Dutra, que suprime o direito de os prefeitos se reelegerem e que disciplina a desincompatibilização. Também aguarda decisão da comissão projeto originário da Câmara que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).



Projeto do senador Sérgio Machado restringe coligações



Depois de votadas na comissão, as matérias serão apreciadas pelo plenário do Congresso



Além de ouvirem Vecina Neto, os membros da CAS apreciarão uma pauta com dez itens

## CAS tem audiência pública sobre vigilância sanitária

O presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gonzalo Vecina Neto, fará uma exposição hoje, a partir das 9 horas, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sobre o sistema brasileiro de vigilância sanitária. Além dessa audiência pública, a comissão, presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), apreciará pauta de outros dez itens.

Entre as matérias previstas para análise na CAS, destaca-se projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que trata da concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso. A relatora, senadora Heloísa Helena (PT-AL), defende a aprovação do projeto, na forma de um substitutivo que apresentou.

Outro projeto de iniciativa de Lúcio Alcântara que será apreciada pela CAS estabelece normas especiais de controle para o uso da talidomida. Em sua justificativa, o senador pelo Ceará lembra que na década de 50 "a humanidade assistiu horrorizada ao nascimento de milhares de crianças congenitamente deformadas em decorrência do uso da talidomida, que acabou proscrita em quase todo o mundo".

Também será examinada na Comissão de Assuntos Sociais o projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados, que tem parecer favorável da relatora, senadora Marina Silva (PT-SP), e trata da jornada de trabalho e condições ambientais dos trabalhadores que realizam suas atividades em terminais de vídeo.

## Comissão de Orçamento analisa liberação de verbas para estradas

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo deputado Lael Varella, reúne-se hoje, às 10 horas, no plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados, para sua primeira reunião ordinária de 1999. Na pauta está incluída a apreciação do relatório referente à BR 174, no trecho da divisa Amazonas/Roraima. O voto do relator, deputado José Lourenço, é pela autorização da liberação

normal dos créditos orçamentários.

Outra matéria incluída na pauta da Comissão Mista de Orçamento é a análise do relatório que trata da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, sobre o metrô de Belo Horizonte, no trecho Calafate/Barreiro. O parecer do relator, deputado Márcio Reinaldo Moreira, também é pela autorização da liberação normal dos créditos orçamentários.

## Luiz Estevão é indicado pelo PMDB para relatar a LDO

O PMDB indicou o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) para ocupar o cargo de relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano 2000. O anúncio foi feito ontem pelo próprio senador, que também revelou já ter estado com o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente.

Segundo Luiz Estevão, o governo federal quer dar mais transparência ao processo de elaboração do orçamento da União e superar o déficit primário de 2% a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). O senador disse que fez questão de explicar ao ministro que as metas do governo não podem afetar o papel le-

gítimo que os parlamentares devem exercer como interlocutores com a sociedade.

Ele anunciou que irá propor na reunião da Comissão Mista de Orçamento, hoje pela manhã, o adiamento do prazo final para apresentação de propostas e emendas.

Segundo o senador, não há tempo suficiente para que os parlamentares examinem a proposta do governo se for mantido o prazo atual, que termina amanhã. O senador quer que o prazo final seja 11 de maio. Estevão agradeceu o apoio do partido e pediu a ajuda de todos os senadores em sua nova missão.

## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 10h - Despacho interno
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

### PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*Votação em primeiro turno da PEC n.º 63/95, que extingue a figura dos juizes classistas na Justiça do Trabalho; Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC n.º 26/99, que altera dispositivos da Constituição federal relativos à Justiça do Trabalho (juizes classistas); Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, do \*Substituto à PEC n.º 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde.

### COMISSÕES

- ▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: \*Audiência pública com o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gonzalo Vecina Neto, sobre o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e a estrutura da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; entre outras matérias, \*PLC n.º 59/95, que altera dispositivos da Lei n.º 4.870, de 1/12/65, para a criação do conselho de assistência social aos trabalhadores da agroindústria canavieira (cana-de-açúcar, álcool e açúcar); \*PLS n.º 195/99 (decisão terminativa), que dispõe sobre o uso da talidomida; \*PLC n.º 63/97, que dispõe sobre as condições e funcionamento de serviços de saúde para as populações indígenas; \*PLC n.º 50/98, que acrescenta dispositivos ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*
- ▶ 10h - CPI do Judiciário  
Pauta: Depoimentos do procurador regional da República no Amazonas, Osório Barbosa Sobrinho, e do advogado Abdalla Isaac Saldó Júnior. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- ▶ 10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Pauta: Apresentação, discussão e votação dos relatórios apresentados às seguintes matérias: \*PL n.º 1/99 - CN; \*Mensagem n.º 312/99 (referente à BR - 174/RR - divisa AW/RR - Marco BV - 8); e \*Mensagem n.º 312/99 (referente ao metrô de Belo Horizonte - trecho Calafate - Barreiro). *Plenário nº 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*
- ▶ 10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PDL n.º 01/97, que susta os efeitos da aprovação do presidente da República à nota Conjur/Minfra n.º 0024/92, através da exposição de motivos n.º 0019/92, do ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24/3/92, de autoria da Comissão Especial criada por intermédio do Requerimento n.º 585/96, destinada a apurar a situação dos garimpeiros em Serra Pelada; \*PLC n.º 10/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o STF. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*
- ▶ 18h - CPI do Sistema Financeiro  
Convidado: Deputado Aloizio Mercadante. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327  
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Nicolau nega à CPI todas as acusações do ex-genro

Ex-presidente do TRT-SP afirma que não houve nenhuma irregularidade na construção da sede das juntas de conciliação

Em depoimento na CPI do Judiciário, o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), Nicolau dos Santos Neto, negou ontem todas as acusações que lhe foram feitas pelo ex-genro, Marco Aurélio Gil de Oliveira. Segundo Nicolau, não houve desvio de verbas durante a construção da sede das juntas de conciliação e julgamento do TRT de São Paulo nem qualquer irregularidade no processo de licitação da obra.

Acompanhado de seu advogado, Zacarias Toron, o ex-presidente do TRT disse que o ex-genro fez acusações contra ele porque, após a separação de sua filha, Maria Cristina Santos, foi movido por um "frustrado e rasteiro projeto de extorsão". Disse que tem desprezo pelo ex-genro e o qualificou de "pústula":

– Ele armou tudo para me incriminar. Suas acusações são inverossímeis. Ao separar-se de minha filha, deixou rabiscações na parede da casa coisas deprimentes. Tenho sido vítima dos mais diferentes ataques, mas corrupção nunca existiu – afirmou.

Nicolau Neto disse também que, depois da separação, Marco Aurélio Gil de Oliveira invadiu a casa de sua filha com uma barra de ferro e fez ameaças a ela e à família, a ponto de o episódio ter sido registrado na polícia.

No início de seu depoimento, o juiz agradeceu ao presidente da comissão, Ramez Tebet (PMDB-MS), por ter admitido o adiamento de seu comparecimento à CPI por motivo de saúde. Ele respondeu às perguntas de praxe sobre dados pessoais e assinou o termo de compromisso de falar a verdade. Tebet ressaltou, entretanto, que o ex-presidente do tribunal não estava sendo obrigado a depor con-

tra si próprio, de acordo com os termos da Constituição.

Em seguida, o juiz relatou aos senadores que exerceu a presidência do TRT da 2ª Região, em São Paulo, entre 1990 e 1992, tendo sido também funcionário da Universidade de São Paulo (USP) e assessor do ex-presidente João Goulart. Disse que mora na residência do Morumbi desde 1977, antes de ter entrado para a magistratura, e mostrou várias fotos de carros, afirmando que muitos deles são de propriedade do ex-genro.

Nicolau relatou ainda que montou para o então genro, que estava desempregado, uma oficina de conserto de automóveis e que essa sociedade foi desfeita com a separação de sua filha. Mostrou também aos senadores um bilhete escrito pelo ex-genro, ameaçando a família com denúncias e dizendo: "Não esqueça que

morei em Miami, Guarujá e Cidade Jardim, e vocês não sabem que documentos eu adquiri nestes seis anos".

Ele exibiu um talão de cheques do Banco Noroeste, atual Banco Santander, agência nº 116, conta nº 601115-99, em São Paulo, para demonstrar que é uma conta em banco nacional e não estrangeiro, como foi dito pelo ex-genro. Leu ainda um extenso relatório sobre a construção do prédio do TRT, afirmando que em 1985 a obra começou a ser viabilizada, mas somente em janeiro de 1992, quando já exercia a presidência do tribunal, iniciou-se o processo de licitação.

Desse processo, acrescentou, participaram 29 empresas e a vencedora foi a Incal Indústria e Comércio de Alumínio Ltda., que ofereceu melhor preço e condição de pagamento. Segundo explicou, o poder público é que gerou um desequilíbrio econômico no contrato, pois o TRT retardou a execução da obra. Disse ainda que, em razão de mudanças na política econômica e na moeda, com o advento do real, os termos do contrato foram modificados, o que levou a uma diminuição de 18% do valor.

Argumentou, porém, que não houve problemas com a licitação, tanto que o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, em maio de 1996, todos os procedimentos do processo. Disse ainda que, em 1993, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao fiscalizar obras inacabadas, visitou a construção e não fez qualquer reparo, solicitação ou manifestação sobre o assunto.



Nicolau Neto diz que o ex-genro "armou tudo" para incriminá-lo

## Tribunal teria pago R\$ 159 milhões pela obra

Até junho de 1998, informou Nicolau Neto, o TRT pagou pela obra R\$ 159,202 milhões e não R\$ 200 milhões e até R\$ 300 milhões, como notícia a imprensa. Em seguida, Tebet leu um documento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), de 9 de julho de 1988, assinado por Ermes Pedro Pedrassani, segundo o qual a obra em favor da Incal custou R\$ 206,978 milhões, em valores de abril de 1998. Ainda segundo esse documento, não foi comprovada a existência de controle extracontábil.

– Não existem provas de superfaturamento e o TRT não estava comprando o terreno, mas uma obra acabada com valor de mercado – afirmou o juiz.

Sobre a denúncia de que houve um adiantamento para pagamento da

obra, antes do início da construção, ele explicou que já não exercia mais o cargo de presidente do TRT a partir de 15 de setembro de 1992. O ex-presidente do TRT disse que foi reconduzido ao tribunal para exercer o cargo de presidente da comissão de obras. Segundo esclareceu aos senadores, colocou o cargo à disposição da nova direção do tribunal.

No final do depoimento, Nicolau Neto disse que repelia todas as acusações que estão sendo feitas contra ele e que está respondendo a dois processos administrativos, que tratam da construção do prédio do TRT e da realização de um concurso público em 1992.

– Em ambos os processos estou me defendendo, mas nada se provou contra mim – afirmou.

## Para ACM, ação do TCU foi falha

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, admitiu na manhã de ontem que o Tribunal de Contas da União (TCU) tem "falhas" na sua atuação. Isso ficou evidenciado, observou, pela falta de providências no que diz respeito aos problemas identificados nos TRTs de São Paulo e da Paraíba (em apuração pela CPI do Judiciário) e sua comunicação ao Congresso Nacional.

No entender do senador, o TCU tinha obrigação de avisar o Senado dessas irregularidades, bem como tomar providências para corrigi-las. Antonio Carlos disse que o trabalho da CPI também incluirá "um exame dessas coisas no Tribunal de Contas". Ele considerou que, "no final, para não tumultuar", poderão surgir recomendações da CPI para aprimorar a atuação do TCU.



Souto questionou o juiz mostrando documentos que indicam negócios no exterior

## Juiz se recusa a falar sobre bens no exterior

O juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto recusou-se a responder a várias perguntas formuladas pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades no Judiciário. Entre as indagações não respondidas por Nicolau Neto estão as relacionadas com a existência ou não de imóveis de sua propriedade e contas bancárias no exterior.

Paulo Souto indagou ao juiz se ele seria proprietário, direta ou indiretamente, do apartamento 3.201 do Edifício Bridgeton Tower, localizado à Rua Brickel, 2.127, na cidade de Miami, nos Estados Unidos. O magistrado aposentado invocou seu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O ex-presidente do TRT-SP continuou em silêncio quando Souto lhe perguntou se tinha comprado carros em Miami. O senador apresentou cópias de notas fiscais de dois veículos *Porsche* que teriam sido comprados por Nicolau Neto e sua mulher na loja Jaguar Collection. Um deles teria na placa o nome "Lago", que Nicolau admitira anteriormente ser seu apelido. No começo do interrogatório,

o juiz reconheceu como sua a letra de um bilhete, sem destinatário, em que recomenda cuidados com o emplacamento do *Porsche*.

O juiz também se calou sobre compras que teria feito no exterior com cartão de crédito. Mas negou ter comprado jóias no exterior. Optou novamente por ficar em silêncio quando foi perguntado sobre se transferiu recursos para o exterior. Paulo Souto afirmou, no entanto, que a CPI tinha em mãos documento do Banco Central com demonstrativos fornecidos pelo Banco Santander de movimentação de uma conta nas Ilhas Cayman, entre 3 de fevereiro de 1994 e 4 de março de 1998.

Outro documento contundente apresentado por Paulo Souto mostra que a corretora The Daniels Group pagou US\$ 8 mil a Fábio Monteiro de Barros Filho – dono da empresa que executou as obras do fórum em São Paulo – como corretagem pela venda do apartamento em Miami a Nicolau. O magistrado aposentado afirmou desconhecer tal fato. A veracidade da correspondência foi confirmada a Souto por Ron Daniels, presidente do grupo.

## Relator mostra documentos

Nicolau dos Santos Neto disse ao relator da CPI, senador Paulo Souto, não se lembrar do advogado J. L. Quintana, de um escritório nos Estados Unidos. O relator leu uma carta da empresa de Quintana para Nicolau, sobre questões judiciais relativas à compra do imóvel em Miami, e o juiz afirmou que nunca a recebeu. Acrescentou estar convicto de nunca ter contratado os serviços desse escritório.

Souto apresentou, então, cópia do contrato de compra e venda do imóvel, firmado entre a Acosta Enterprise e a Hill Side, por US\$ 800 mil. O juiz reconheceu sua assinatura no documento, mas não a autenticidade deste. Também duvidou da veracidade de um documento em que constam os nomes de sua esposa e das filhas como autorizadas a frequentar o apartamento em Miami. Apesar disso, reconheceu como sua a assinatura. Outro silêncio de Nicolau veio quando da indagação, por Paulo Souto, sobre se havia contratado os serviços de decoração da empresa Howard Lace and Associates.

– Sem fazer nenhum juízo de valor, sou obrigado a dizer que não é possível que haja uma conspiração contra o doutor Nicolau – afirmou Paulo Souto.

O juiz aposentado também se calou sobre outra correspondência da mesma empresa. O relator apresentou ainda correspondências de Nicolau para a Howard Lace e para o gerente do Bridgeton Tower. Nicolau afirmou desconhecer o gerente do edifício e reconheceu como sua a assinatura na carta à firma de decoração, mas não confirmou o conteúdo.

O presidente da CPI, senador Ramez Tebet, tentou fazer com que Nicolau Neto identificasse em fotos fornecidas pelo seu ex-genro o apartamento de Miami. Mais uma vez o juiz disse: "Insisto em permanecer calado sobre esse assunto".

Conforme Paulo Souto, a licitação para construção do fórum trabalhista poderia ter-se pautado por procedimentos mais cuidadosos. O relator acredita que a inclusão no edital de cláusula em que a ganhadora da concorrência seria obrigada a realizar a obra mesmo na ausência de pagamentos criou clima desfavorável à participação na licitação, mas logo após a assinatura do contrato "as condições passaram a ser extremamente favoráveis", inclusive com a liberação de R\$ 34 milhões, antecipadamente. Além disso, Souto disse que o julgamento das propostas foi "discutível".

# Souto vai enviar provas ao Ministério Público

Relator afirma que documentos já obtidos comprovam ligações entre Nicolau Neto e dono da construtora responsável pelas obras do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo



Segundo Carlos Wilson, TRT de São Paulo começou a pagar pela obra antes do seu início

## Juiz pode ter movimentado US\$ 30 milhões no exterior

Baseado em informações fornecidas pelo Banco Central à CPI do Judiciário, o vice-presidente da comissão, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), questionou o juiz Nicolau dos Santos Neto sobre uma conta, em seu nome, nas Ilhas Cayman, com movimentação de US\$ 30 milhões. Nicolau negou que exista a conta e disse desconhecer o número 1117, citado por Wilson, como sendo da suposta conta bancária.

— Não existe e nunca existiu o número nem a conta — respondeu.

Wilson relatou que em 1995, segundo informações recebidas pela CPI, o juiz teve rendimentos de R\$ 103 mil no país e depósitos bancários de R\$ 291 mil. Em 1996, os rendimentos dele foram de R\$ 105 mil e os depósitos bancários de R\$ 351 mil. Também foi constatado um crescimento de 262% no Imposto de Renda do ex-presidente do TRT, segundo o senador.

Sobre a conta nas Ilhas Cayman, o senador informou que em 23 de dezembro de 1994 foi feito um depósito de US\$ 2 milhões. Nos dias 28 de junho de 1994, 23 de setembro de 1995 e em junho de 1996, foram feitos mais três depósitos, cada um no valor de US\$ 1 milhão. De 30 de abril de 1997 até recentemente, acrescentou o senador, foram feitos mais dez depósitos nessa conta, de até US\$ 350 mil.

O senador quis saber o salário de Nicolau, e este respondeu que é de R\$ 8,8 mil líquidos, admitindo ainda receber valores de aluguéis que não estão declarados no Imposto de Renda.

Wilson acrescentou que foi pago adiantamento pelo prédio das juntas de conciliação, no valor de R\$ 30 milhões, o que invalida o argumento de atraso no cronograma financeiro alegado pelo juiz em seu depoimento. O relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), se disse “estarecido” com o fato, pois é raro haver adiantamento desse porte antes do início de uma obra pública. Atualizado, o valor adiantado equivale hoje a R\$ 34 milhões.

“Não vi nada que indicasse a possibilidade de que uma eventual herança pudesse justificar os fatos que foram trazidos à luz da CPI”, declarou o relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), referindo-se ao depoimento prestado ontem pelo juiz Nicolau dos Santos Neto. O relator anunciou que enviará imediatamente ao Ministério Público de São Paulo documentos “irrefutáveis”, que demonstram inclusive que o juiz tem conta bancária nas Ilhas Cayman.

No entendimento de Paulo Souto, esses documentos permitirão ao Ministério Público acelerar as ações que já vêm sendo providenciadas contra o juiz. “A CPI não vai esperar a conclusão do relatório para tomar as primeiras providências, vamos tomá-las imediatamente, já esta semana”, informou o senador. Ele se disse convencido da possibilidade de o juiz ter patrimônio no exterior e revelou uma das evidências disso: a CPI tem prova documental de qual foi a empresa que atuou como corretora para o juiz na compra do apartamento 3201 do Bridgeton Tower, em Miami.

Segundo Paulo Souto, esse documento prova a ligação do proprietário do imóvel com a construtora de Fábio



Para os senadores, o depoimento dado por Nicolau à CPI só reforçou as suspeitas em relação ao seu comportamento

Monteiro de Barros, responsável pela obra do TRT de São Paulo. “Isso eu considero do maior significado e acho que é um avanço. Além do mais, há um documento original, assinado pelo advogado Luiz Quintana, que o assessorou nos seus supostos negócios e que endereçou a ele carta falando justamente nas preliminares da compra do apartamento”, assinalou.

Conforme o relator, esses e outros documentos comprovam que o juiz adquiriu bens no exterior. Paulo Souto considera importante a contratação de uma empresa para rastrear esses bens e até para agir judicialmente, buscando uma indenização pelos supostos danos cau-

sados ao patrimônio público. Conforme informou, isso deve ser feito mediante a contratação do mesmo escritório de advocacia que no passado assessorou o governo brasileiro na repatriação de recursos desviados do INSS.

Ao final do depoimento de Nicolau, o vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), destacou o fato de a conta bancária atribuída ao juiz nas Ilhas Cayman ter sido movimentada por quatro anos, entre 1994 e 1998, e, no momento em que o Ministério Público começou a atuar no caso do TRT paulista, ter desaparecido. Ele disse que a CPI está empenhada em saber de onde saiu e para onde foi esse dinheiro.



Dutra: “Não responder me parece um paradoxo”

Pedro Simon: “Ele se coloca como pré-indiciado”



## Para parlamentares, faltam ao depoente argumentos para defesa

Os senadores que interrogaram o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) Nicolau dos Santos Neto foram unânimes em afirmar que seu silêncio pode ser interpretado contra ele mesmo. Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário acreditam que Nicolau perdeu uma excelente oportunidade de se defender. “Provavelmente ele não terá outra”, disse o senador Djalma Bessa (PFL-BA).

Para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) se o ex-juiz realmente recebeu heranças, poderia perfeitamente explicar os bens em vez de ter optado por invocar o direito constitucional de não responder as perguntas. “Isso me parece um paradoxo”, afirmou Dutra.

Os senadores Paulo Souto (PFL-BA) e Carlos Wilson (PSDB-PE), respecti-

vamente relator e vice-presidente da CPI, acreditam que, da maneira como se portou, Nicolau mostrou que não tinha argumentos para se defender ou que iria se comprometer ainda mais.

Com a atitude de se reservar o direito de não falar, na visão do senador Pedro Simon (PMDB-RS), Nicolau se coloca na posição de pré-réu ou pré-indiciado. “Assim, ele mostra que acha que suas respostas podem prejudicá-lo”, avaliou o senador, que disse nunca ter visto ninguém do Judiciário em posição tão delicada.

O senador Jefferson Pêres (PDT-AM) centrou sua intervenção nas irregularidades detectadas por inspeção do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a licitação para as obras do fórum trabalhista. Segundo o TCU, o contrato previa pagamentos antecipados ou sem contraprestação de serviços, ausência de cronograma ou projeto básico além de

“cláusulas leoninas”. E concluiu: “Pobre deste país se todos os administradores decidirem firmar contratos desse tipo”.

Na opinião de Maguito Vilela (PMDB-GO), é preciso adotar regras que determinem a fiscalização *a priori* das obras públicas. Para ele, o orçamento, a concorrência e o edital de licitação devem ser analisados antes de iniciada a liberação de recursos. “Estamos diante da obra mais irregular e estapafúrdia de todo o setor público”, disse.

Já o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) observou que os processos contra juizes andam “a passos de tartaruga”. Depois de pedir ao depoente, que tem dois processos contra ele tramitando na Justiça, sugestões para a reforma da Lei Orgânica da Magistratura, Suassuna anunciou que apresentou requerimento para instalação de uma comissão especial para reformulação do Judiciário.

## Nicolau diz que é rico desde a época de estudante

Durante depoimento ontem na CPI do Judiciário, o juiz Nicolau dos Santos Neto afirmou, em resposta ao senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que já era rico na época em que cursava Direito. Em 1953, continuou, tinha um carro *Lincoln Continental*, o que, na sua opinião, estava ao alcance de poucos. Ele disse que viaja para o exterior desde 1965. “O dinheiro não é advindo de meu tempo na presidência do tribunal”, afirmou Nicolau, que admitiu ter assistido um *show* do tenor italiano Luciano Pavarotti pelo preço de US\$ 2,5 mil por pessoa.

Sobre as relações com o empreiteiro Fábio Monteiro de Barros Filho (dono da Incal Incorporações S/A, empresa responsável pela construção do fórum trabalhista), Nicolau disse a Althoff que eram “estritamente formais” e que o empresário não era habitual em sua residência. Lauro Bezerra, que teria sido o intermediário na compra do apartamento em Miami, foi, segundo o depoente, apenas seu cicerone.

O senador José Agripino (PFL-RN) perguntou por que Nicolau não obedeceu as determinações do TCU de interromper a construção. Essa é, segundo o senador, uma das razões pelas quais a CPI deve propor mecanismos de vigilância do Judiciário “para que não haja atitudes imperiais, como essa”.

A Pedro Simon, o magistrado negou que tivesse ligações com o DOI-Codi, na época do regime militar, mas afirmou ter tido relações com a Casa Militar do Palácio do Planalto na época do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Para a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), considerando as declarações do ex-genro de Nicolau e as denúncias trazidas pela mídia, sem dúvida houve desvio de recursos.

Mesmo sem ser membro da CPI, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que se posicionou contrariamente à inclusão de verbas no Orçamento para a obra do TRT, acatando a argumentação do deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), que depôs na comissão na última semana.



O senador Geraldo Althoff questionou o juiz sobre a origem de seus bens

## O que Nicolau não explicou



1 - O senador Paulo Souto indagou ao juiz Nicolau dos Santos Neto se ele seria proprietário do apartamento 3.201 do Edifício Bridgeton Tower, localizado à Rua Brickel, 2.127, em Miami (EUA). O magistrado aposentado invocou seu direito constitucional de permanecer em silêncio.

2 - O ex-presidente do TRT-SP continuou em silêncio quando o senador Paulo Souto perguntou se ele tinha comprado carros em Miami. O senador apresentou cópias de notas fiscais de dois veículos Porsche que teriam sido adquiridos por Nicolau e sua mulher na loja Jaguar Collection.

3 - O juiz aposentado ficou novamente em silêncio quando foi perguntado sobre se transferiu recursos para o exterior. A CPI tem documentos que comprovam a movimentação de uma conta nas Ilhas Cayman, entre 3 de fevereiro de 1994 e 4 de março de 1998, com depósitos totais de US\$ 30 milhões.

# ACM diz que ex-presidente do TRT não convenceu senadores

“Quem não tem culpa fala de todos os assuntos; não tem por que ficar escondendo”, afirma senador, ao comentar depoimento de juiz

Após deixar a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que está investigando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comentou que o depoimento do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), Nicolau dos Santos Neto, não convenceu os senadores de sua inocência. O juiz aposentado presidia o tribunal à época em que tiveram início as obras do prédio das juntas de conciliação e julgamento, sobre as quais existem suspeitas de superfaturamento.

– O depoimento frustrou o próprio Nicolau. Para os senadores, ele deu a certeza de tudo o que se pensava. Não há dúvidas de que ele tem responsabi-

lidade total sobre o assunto. Ele não apresentou nada, não provou absolutamente nada que pudesse esclarecer as acusações, não apenas as feitas pelo seu ex-genro, mas pelas outras pessoas – disse Antonio Carlos.

Para o presidente do Senado, ao invocar o direito constitucional de permanecer calado diante de algumas indagações dos senadores, o juiz Nicolau dos Santos Neto deu uma indicação de culpa. “Quem evidentemente não tem culpa, fala de todos os assuntos, não tem por que ficar escondendo”, justificou Antonio Carlos.

Quanto a denúncias de que alguns juizes vêm usando o cargo para beneficiar a adoção de crianças por estrangeiros, Antonio Carlos disse que esta

era uma acusação grave e que não se restringia ao Rio Grande do Sul, estado onde foram registrados os últimos casos. Ele disse ser favorável à apuração desse assunto pela CPI, mas observou que a decisão cabe ao relator e ao presidente da comissão.

### AGENDA POSITIVA

O presidente do Senado também informou que esteve ontem pela manhã em uma reunião no Palácio da Alvorada com o presidente Fernando Henrique Cardoso, o vice-presidente Marco Maciel e o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga. Na ocasião, segundo Antonio Carlos, foram tratados vários assuntos, mas o principal foi a execução de uma agenda positiva para o governo no Congresso.

## Silêncio pode prejudicar juiz, afirma Ramez Tebet

O presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet, afirmou ontem que a recusa do juiz Nicolau dos Santos Neto em responder perguntas dos senadores não prejudica os trabalhos da investigação. “A própria lei diz que o silêncio pode redundar em prejuízo da defesa”, lembrou o parlamentar, acrescentando que nenhuma prova é analisada isoladamente.



Tebet lembra que nenhuma prova é analisada isoladamente

– Toda prova obedece a um conjunto de circunstâncias. Às vezes, a própria confissão pode não ser prova, ainda mais o silêncio do depoente. Ele preferiu não responder. Não quis, por exemplo, dizer se tinha apartamento em Miami. Ai, quem vai tirar as conclusões agora é a CPI – afirmou o senador.

Conforme Tebet, colhidas em meio ao conjunto probatório, essas conclusões se-

rão remetidas ao Ministério Público, junto com os documentos reunidos na investigação. Na opinião do presidente da CPI, é possível que esse conjunto probatório comprove que, realmente, Nicolau dos Santos Neto tem um apartamento no exterior.

Indagado sobre o fato de o Tribunal de Contas da União não ter impedido as irregularidades praticadas na construção do prédio do

TRT de São Paulo, Tebet explicou que o TCU fez análises preliminares, visto que é um órgão de assessoramento do Legislativo. Em sua opinião, aquele tribunal realiza um trabalho importante e cumpre bem sua missão. No entender do presidente da CPI do Judiciário, o principal resultado desse trabalho de investigação será o aperfeiçoamento das instituições, resultante da execução de modificações na legislação brasileira.

## Investigação chega ao Judiciário do Amazonas

A CPI do Judiciário reúne-se hoje, a partir das 10 horas, para ouvir o depoimento do procurador regional da República no Amazonas, Osório Barbosa Sobrinho, e do advogado Abdalla Isaac Sahdo Júnior. Os dois deverão informar à CPI o que sabem sobre a denúncia de que juizes do estado estariam assinando sentenças em troca de dinheiro. A CPI recebeu essa denúncia no mês passado, sendo o advogado Abdalla Júnior um dos denunciantes. O procurador teria conhecimento do caso em razão de suas funções. E na próxima semana os senadores deverão ouvir o depoimento do delegado Nivaldo Farias, que também em função de seu trabalho teria conhecimento da venda de sentenças no Amazonas.

## Prefeitos pedem prorrogação de frentes

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi procurado ontem por uma comissão de prefeitos de Sergipe e Alagoas, que pediu apoio para a prorrogação das frentes produtivas de trabalho em seus municípios. O senador prometeu solicitar audiência do grupo com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

As frentes de trabalho, que atendem regiões atingidas pelas secas, foram extintas por decreto presidencial. Os prefeitos que vieram a Bra-

sília representam 12 municípios de Sergipe e 16 de Alagoas, e pretendem sensibilizar o governo para a necessidade de manter esses recursos por mais tempo, para evitar que a situação da população daquelas regiões piore.

Ao lado de deputados estaduais e federais, acompanhavam os prefeitos os senadores de Sergipe José Eduardo Dutra (PT), Antonio Carlos Valadares (PSB), Maria do Carmo Alves (PFL), e Heloísa Helena (PT), de Alagoas.

## Antonio Carlos acha que FHC é “fator de união”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, depois de encontrar-se com o presidente da República, que Fernando Henrique “é o fator de união” dos políticos que o apoiaram.

– Ele sempre foi articulador político do governo, ele é o fator de união das forças aliadas – afirmou o senador.

Antonio Carlos confirmou que a condução dos interesses políticos do governo foi um dos temas da conversa, ao lado da necessidade de aumentar o espaço da agenda positiva, e citou, como itens dessa agenda no Congresso, a reforma política, que poderá começar a ser discutida na semana que vem, a lei de res-

ponsabilidade fiscal, e matérias em tramitação na Câmara, como a restrição à edição de medidas provisórias, o efeito vinculante das decisões do Supremo e o Código Civil:

– São matérias importantes, que precisam ser votadas imediatamente para tornar a agenda positiva, embora as CPIs também sejam positivas. Só não podem ser a única razão de ser do Congresso – observou.

O senador desmentiu que tivesse censurado o comportamento do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga:

– Não é verdade. Tivemos um encontro extremamente cordial, está tudo bem entre nós – garantiu.



## Rainha da Dinamarca faz visita ao Congresso

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a rainha Margrethe II (foto), da Dinamarca, que lidera comitiva em viagem ao Brasil para estreitar as relações bilaterais. Após o encontro com o senador, a comitiva dinamarquesa foi recebida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

Durante o encontro, Antonio Carlos destacou sua confiança no aprofundamento das relações

comerciais e culturais entre o Brasil e a Dinamarca, manifestando especial satisfação pela inclusão de uma visita à Bahia no roteiro da comitiva. Ele apontou a diversidade dos “vários Brasis” como um dos pontos que certamente impressionarão os visitantes. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) participou da recepção à rainha Margrethe II, no Salão Nobre do Senado, representando a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

# BC fechou operação antes de avaliar sua legalidade

Subprocurador-geral do Banco Central diz aos senadores que área jurídica só foi acionada depois que a diretoria da instituição já tinha determinado ao Banco do Brasil a concretização da operação de socorro ao Marka

A área jurídica do Banco Central só tomou conhecimento da venda de dólares ao Banco Marka, a preços favoráveis, quando a diretoria já havia decidido a operação e feito a comunicação ao Banco do Brasil para executá-la. A informação foi transmitida à CPI do Sistema Financeiro pelo subprocurador-geral do BC, Francisco José de Siqueira, num depoimento de quase quatro horas prestado no início da noite de ontem.

Francisco de Siqueira garantiu que a venda dos dólares ao Marka foi legal, porque a lei autoriza o Banco Central a intervir no mercado de câmbio e a operação se referia a contratos cambiais na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). Ele reafirmou depoimentos anteriores de outros funcionários do BC de que a diretoria decidiu pela venda dos dólares para evitar uma crise no mercado financeiro, com quebra de bancos.

O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, afirmou que a interpretação dada à lei pelo subprocurador, para justifi-

ficar intervenção no mercado futuro de dólares, era "muito elástica". Barbalho e Pedro Simon (PMDB-RS) leram trechos do depoimento de Francisco Lopes, ex-presidente do BC, à Polícia Federal, onde ele afirma que consultou previamente a procuradoria sobre a legalidade da operação.

— Isso me provoca perplexidade e constrangimento — disse o subprocurador.

O senador Jader Barbalho leu o documento que o BC enviou ao Banco do Brasil, autorizando sua corretora a fechar a venda de dólares ao Marka. Destacou que a mensagem foi enviada "poucos minutos antes" da chegada do subprocurador ao BC para se manifestar sobre a legalidade da operação. Francisco de Siqueira, no entanto, ponderou que, se tivesse visto alguma irregularidade na venda, "a operação poderia ter sido bloqueada, pois só foi efetivada no dia seguinte".

Interrogado pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), o subprocurador afirmou que a venda de dólares ao Marka não tem condições de ser desfeita, mesmo ante a constatação de que ela trouxe prejuízos ao BC. "Só se poderia examinar a situação caso houvesse vício de consentimento do negócio, o que não foi o caso". Também manifestou ser impossível executar as garantias que o Marka havia oferecido em seus contratos de venda de dólar futuro. "Isso não é possível, pois se tratou de um fato jurídico perfeito", assinalou Francisco de Siqueira.

Ao senador Roberto Freire (PPS-PE), o subprocurador do BC afirmou que a operação com o Marka "não foi atípica", como disse à CPI a ex-chefe do Departamento de Operações de Câmbio, Maria do Socorro de Carvalho. "Foi uma operação inédita, mas não atípica".



Para Siqueira, "foi uma operação inédita, mas não atípica"

## Suplicy quer ouvir Fraga de novo, mas Arruda discorda

No início da reunião de ontem da CPI do Sistema Financeiro, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu uma reconvocação do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, pois acredita "que ele omitiu informações" ao depor à comissão, no último dia 15. De acordo com Suplicy, existem "indícios de que Armínio Fraga não contou à CPI tudo que sabia" naquela data. "Ou então o presidente do Banco Central foi muito mal informado sobre os fatos".

O presidente em exercício da CPI, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), sustentou em entrevista à imprensa não ver motivos para reconvocação de Armínio Fraga.

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), também em entrevista, opinou que Fraga "não cometeu perjúrio" em seu primeiro depoimento à comissão e acredita que ele deve ser convalidado apenas no final da CPI, paraaju-

dar os senadores no debate de mudanças na legislação, na tentativa de evitar operações como a venda de dólares aos bancos Marka e FonteCindam a preços abaixo da cotação.

Na reunião de ontem, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) leu parte de uma notícia da revista *IstoÉ*, de 96, onde o então presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes, afirma que Luiz Antônio Gonçalves, então dirigente do Banco Cindam, era "homem de confiança" do BB. O Cindam fundiu-se posteriormente com outra instituição, passando a se chamar FonteCindam, e foi beneficiado pela venda de dólares a preços abaixo da cotação, em 15 de janeiro último — um dos fatos sob investigação da CPI. A declaração de Ximenes, conforme Requião, mostra o tratamento privilegiado recebido de algumas áreas do governo por Luiz Antônio Gonçalves.



Segundo o senador Jader Barbalho, depoimentos como o do consultor jurídico Manoel Lucívio de Loiola (foto) mostram que BC utilizou seus funcionários para legitimar a operação após concluída

## Jader acha que BM&F poderá dar o capítulo final às investigações

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento de criação da CPI do Sistema Financeiro, afirmou no final da noite de ontem, após ouvir os depoimentos dos consultores jurídicos do Banco Central, Francisco José de Siqueira e Manoel Lucívio de Loiola, que as investigações sobre a ajuda do BC aos bancos Marka e FonteCindam se encaminham para o final. Na opinião do líder do PMDB, os trabalhos devem ser concluídos com os depoimentos dos dirigentes da Bolsa de Mercadorias e de Futuros (BM&F) e dos controladores dos bancos envolvidos.

Jader acrescentou que a CPI precisa iniciar as investigações dos outros sete casos concretos que compõem o requerimento:

— O episódio (do Marka) vai continuar muito mal explicado. O caminho é ouvir a BM&F e os dirigentes dos bancos. Então, devemos dar por encerrados os trabalhos e

enviar as conclusões ao Ministério Público, que vai avaliar se houve crime. A CPI já fez a sua parte, demonstrando a gravidade da situação — avaliou.

Com relação aos depoimentos de ontem, Jader afirmou que a consultoria jurídica do BC só foi convocada para dar "um tom de legalidade à operação de socorro aos bancos, quando tudo já estava decidido". O procurador do BC, Manoel Lucívio de Loiola, o segundo a depor na CPI, admitiu que a decisão já estava tomada quando ele foi convocado a opinar sobre a legalidade da medida. O advogado acrescentou não ter conhecimento de procedimento semelhante na autarquia.

Jader Barbalho considerou a atitude do BC um desrespeito com os funcionários do banco, principalmente com a consultoria jurídica. "Eles (os advogados do BC) foram utilizados. São pessoas qualificadas que foram maltra-

tadas pela direção do Banco Central", afirmou.

Ao final da reunião, o presidente em exercício da CPI, José Roberto Arruda (PSDB-DF), fez uma avaliação positiva dos depoimentos. Para ele, há pontos impróprios na operação realizada pelo BC, "ainda que a medida tenha tido cobertura legal". Arruda disse, no entanto, que seria prematuro qualquer julgamento sobre culpados no estágio atual de trabalho da CPI.

## Mercadante deve trazer novos subsídios

Em reunião marcada para as 18 horas de hoje, a CPI que investiga o Sistema Financeiro ouvirá o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP), o primeiro parlamentar a levantar suspeitas sobre a atuação do Banco Central na ajuda a instituições financeiras que buscaram socorro durante a crise que desvalorizou o real.

O parlamentar deverá trazer subsídios ao trabalho dos senadores, apresentando sugestões para o aprofundamento das investigações. Ele examinou a fundo papéis referentes aos bancos Marka e FonteCindam e poderá relatar aos parlamentares tudo o que concluiu desse trabalho.

O convite da CPI para a audiência de Aloízio Mercadante foi feito com o objetivo de obter mais informações sobre a atuação das instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o sistema financeiro nacional.

## Senadores assistirão à abertura de envelopes

O relator da CPI dos Bancos, senador João Alberto (PFL-MA), e o senador Roberto Saturnino Braga (PSBRJ) viajarão para o Rio de Janeiro e estarão presentes no momento em que forem abertos, na 6ª Vara da Justiça Federal, na próxima sexta-feira, quatro envelopes lacrados apreendidos na casa do ex-dono do Banco Marka, Salvatore Cacciola. Os envelopes ainda não foram abertos devido ao sigilo postal, cuja quebra foi solicitada pelo Ministério Público.

A abertura dos envelopes será feita na presença de representantes do Ministério Público Federal, de advogados de Cacciola e dos representantes da CPI. Os dois senadores irão verificar o conteúdo dos documentos e trarão para a comissão cópias autenticadas dos que forem considerados importantes nas investigações em andamento.

O conteúdo dos envelopes vem sendo mantido até agora sob sigilo de justiça.

# Simon repudia críticas aos membros da CPI

Senador diz que não é possível ouvir “versões fantasiosas” sem se indignar

Preocupado com o tratamento dado pela imprensa aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no sistema financeiro nacional, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem os membros da CPI. Para Simon, os senadores estão sendo acusados, por meio de editoriais e artigos em diversos jornais, de serem ignorantes e agirem de má-fé. O senador citou editorial de um jornal paulista que comparou os membros da CPI a torturadores:

– Nesta CPI ocorre justamente o contrário do que se passava nos obscuros porões da ditadura. Aqui tudo é feito sob a luz dos holofotes, diante de dezenas de jornalistas. Este é um tribunal político e não somos obrigados a manter a fleugma quando depoentes tentam nos impingir versões fantasiosas. Aqui temos o direito de espernear, como faria qualquer cidadão que percebesse estar sendo empulhado – salientou.

Simon citou pesquisa de opinião da Confederação Nacional dos Transportes,

que apresenta avaliação positiva da sociedade em relação ao trabalho das comissões parlamentares de inquérito atualmente em funcionamento no Senado. Segundo ele, a pesquisa indica que “as pessoas acreditam que a CPI dos Bancos ajudará a esclarecer a relação entre o governo federal e o sistema financeiro e que a CPI do Judiciário vai propiciar a reforma de Justiça brasileira”.

As declarações do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, noticiadas pela imprensa ontem, contrárias à revisão da operação de socorro ao Banco Marka foram criticadas por Simon. “A decisão de fazer com que a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) pague o prejuízo causado pelo Marka será julgada pela Justiça”. Simon apresentou requerimento neste sentido à CPI:

– Considero muito estranho que o senhor Fraga se apresse em fazer a defesa jurídica de uma operação atípica, feita à socapa, à noite, como reconheceram, nesta CPI, técnicos do Banco Central.



Pedro Simon

## Arruda elogia clareza dos depoimentos de segunda

Os depoimentos das funcionárias do Banco Central Maria do Socorro Carvalho, ex-chefe do Departamento de Operações de Câmbio, e Teresa Cristina Grossi, chefe do Departamento de Fiscalização, prestados na segunda-feira à CPI do Sistema Financeiro, foram os mais claros até agora.

A opinião é do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), presidente em exercício da comissão, para quem as informações prestadas permitem aos senadores entender como se deu a operação de ajuda ao Banco Marka:

– Detalhes antes obscuros sobre operações financeiras praticadas pelo Banco Central ficaram claros. A obtenção dessas informações é possível quando a CPI não trabalha com prejulgamentos e busca apenas a verdade dos fatos – disse.

Arruda acredita que o resultado principal dos trabalhos da CPI será a redefinição das atribuições do Ban-



José Roberto Arruda

co Central. “É preciso saber se a sociedade deseja que o BC tenha tantos poderes; se pode salvar um banco, por exemplo. Na minha opinião, uma das prováveis conclusões da CPI é que o BC poderá regular o câmbio, mas com isenção, sem conceder tratamentos diferenciados”, observou o senador.

Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), os depoimentos trouxeram “revelações muito significativas, entre elas a de que a carta da BM&F, que justificou a operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam, foi alterada pelo Banco Central:

– Ao excluir as referências ao Marka e ao FonteCindam o BC tinha a intenção de demonstrar que a operação era genérica, mas na verdade era apenas para estas duas instituições. Essa informação modifica fundamentalmente o entendimento do que foi dito pelas autoridades do BC até agora – argumentou Suplicy.



Indisponibilidade dos bens da família é uma das medidas sugeridas pelo senador

## Maguito Vilela sugere medidas contra indústria dos seqüestros

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou ontem dois projetos de lei propondo alterações na legislação que trata de crime de seqüestro. Em um deles, fica prevista a indisponibilidade dos bens de seqüestrados e seus familiares até o terceiro grau. O outro prevê o aumento da pena para as pessoas que cometerem este tipo de crime.

De acordo com um dos projetos do senador, logo após verificado o seqüestro, a polícia disporá de até 24 horas para lavrar a ocorrência, registrando os nomes da vítima e dos seus familiares até terceiro grau. Em seguida, é encaminhado um documento à Justiça, que terá o mesmo prazo para notificar o Banco Central, o qual terá 48 horas para tornar indisponíveis os bens das pessoas físicas e jurídicas arroladas na ocorrência policial.

O outro projeto de autoria de Maguito Vilela modifica o prazo previsto de reclusão para casos de seqüestro. A lei atual prevê reclusão de 12 a 20 anos se a vítima permanecer mais de 24 horas em poder dos seqüestradores, ou se o crime for cometido por bando ou quadrilha. O senador propôs o aumento da pena para 35 a 45 anos.

Maguito Vilela acrescentou que, pela lei atual, se o seqüestro resulta em lesão corporal de natureza grave, a pena é aumentada entre 16 e 20 anos de reclusão. Sua proposta é ampliar para 40 a 45 anos. A atual legislação prevê pena de 24 a 30 anos de reclusão se o seqüestro acaba em morte.

O projeto estipula, nestes casos, punição de 45 anos de prisão. Da mesma forma, se o seqüestro for cometido contra menores de 18 anos, maiores de 70 anos ou deficientes físicos, a pena também é aumentada para 45 anos de reclusão:

– Todos sabemos que o seqüestro é considerado um dos crimes mais hediondos da nossa sociedade. O trauma e a dor que acarreta nos envolvidos é difícil de mensurar. A aplicação de pena para esse tipo de crime está aquém dos prejuízos materiais e morais que ele acarreta. Desse modo, torna-se imperioso que esse grave delito tenha sua pena aumentada no intuito inclusive de desestimular a sua prática – justificou Maguito Vilela.

## Bessa homenageia memória de Luís Eduardo Magalhães

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) prestou ontem uma homenagem ao deputado Luís Eduardo Magalhães, no primeiro aniversário de seu falecimento. “Reverenciemos a sua memória, pela política que o caracterizou, limpa, aberta, transparente, correta, privilegiando o interesse público, o interesse do Brasil. A sua era uma política democrática, desenvolvimentista, geradora de riqueza, capaz de proporcionar a felicidade do povo brasileiro”, disse.

Para Bessa, Luís Eduardo foi um bandeirante que abriu caminhos com as reformas da Constituição para liberar as fronteiras de nossas atividades fixando novos rumos de crescimento. “Jovem de talento, preparado para os grandes embates, gostava

do trabalho que realizava. Era inabalável nas suas convicções, seguro nos seus conceitos, tolerante mas firme no debate, tinha amplo acesso a todas as forças políticas porque era um político confiável”, enfatizou.

O senador disse que Luís Eduardo plantava o carvalho para o futuro. “As sementes que plantou foram as boas sementes das reformas que haverão de brotar, lançadas em bom terreno da nação. Luís Eduardo exerceu a política nos três níveis: como arte, como ciência e como filosofia. Era na arte que se inspirava para a prática política; a ciência lhe indicava

os rumos a adotar e a filosofia dava-lhe o saber mais alto das teorias e das doutrinas políticas”, frisou o senador do PFL da Bahia.



Bessa disse que Luís Eduardo plantou sementes do futuro

## Távola quer regulamentar concessões de rádio e TV

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) defendeu ontem a regulamentação das concessões de rádio e televisão no Brasil. Ao analisar os meios de comunicação e a falta de regulamentação, o senador disse que “algo tem que ser feito. Não é possível ficar inerte diante dessa situação”. Para o senador, somente dois poderes atuam no país sem qualquer espécie de controle externo: a mídia e o Judiciário. “Tão logo o concessionário se apossa do meio, de imediato considera-se um empresário privado e não um concessionário”, afirmou.

Segundo Artur da Távola, está crescendo na Comissão de Educação (CE) a idéia de, como medida geral, só aprovar renovação de concessão depois que as emissoras se comprometerem a cumprir os quatro pontos definidos na Constituição: respeito aos princípios éticos da sociedade e da família; estabelecimento de um grau de regionalização da produção; prevalência de uma preocupação educativo-cultural; e a observância por parte do governo de um sistema tripartite (privado, público e estatal) na concessão dos canais. “Essa medida, a longo e médio prazos, transformaria a feição da comunicação no Brasil”, acredita o senador:

– Tudo isso que está na Constituição não é um código de proibições.

Foi feito justamente quando tiramos a censura. Eu fui o relator dessa matéria, tenho-a muito viva porque ali coloquei muito da minha vida e entusiasmo. O capítulo de educação, o de cultura e o de comunicação da Constituição brasileira garantem a liberdade de expressão em todos os níveis. Quando se dá um código do que fazer, não se está colocando de modo algum restrições, formas de censura. Está-se balizando o uso de um meio que é, repito, um serviço público – afirmou ele.

Távola lembrou que rádios e TVs estão recolhendo dinheiro na forma de dízimo, loterias, concursos e ligações telefônicas carregadas de prostituição com total impunidade.

“É para isso a concessão de um serviço público? Evidentemente não. Isso é a liberdade de expressão ou é o uso da liberdade de expressão para uma deformação de natureza mercantil, para uma distorção do sistema com graves riscos para toda a população?”, perguntou.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Marina Silva (PT-AC), Antero de Barros (PSDB-MT), Geraldo Cândido (PT-RJ), Heloísa Helena (PT-AL) e José Fogaça (PMDB-RS) participaram o discurso de Artur da Távola.



Távola: liberdade da Constituição está sendo mal utilizada

# Jefferson Péres cobra reação contra o uso abusivo de MPs

Senador apela para que funcionem comissões encarregadas de examinar admissibilidade das medidas provisórias. ACM promete atender o pedido

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) protestou ontem contra a "utilização abusiva" de medidas provisórias pelo governo e cobrou o funcionamento das comissões mistas que são criadas para examinar a admissibilidade, urgência e relevância das MPs.

"Ainda está em tempo de reagirmos. Basta analisarmos com cuidado a admissibilidade dessas MPs. Muitas delas não são urgentes e nem relevantes. Isso é um abuso que já dura dez anos", afirmou. Jefferson apelou ao presidente Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para que faça funcionar as comissões mistas responsáveis pelo exame da admissibilidade das MPs.

O presidente do Senado disse que tem feito apelos constantes à Câmara dos Deputados para que vote proposta aprovada há mais de um ano pelos senadores que fixa novas regras para edição de MPs. Antonio Carlos acredita que a votação dessa matéria poderá resolver o problema ainda este ano. "É dever do Congresso Nacional examinar as MPs através das comissões mistas criadas para examinar a admissibilidade. Por isso, não podemos deixar de atender o apelo do senador Jefferson Péres", observou o presidente.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que ninguém pode ignorar a necessidade que um governo moderno tem de instrumentos que agilizem decisões como o Plano Real,



Para Jefferson, o Congresso está deixando de cumprir a sua função mais importante, que é a de legislar

mas ressaltou que é inaceitável o abuso no uso desses instrumentos. Para o senador, o Congresso também tem culpa por não examinar as MPs como deveria. "Eu acho que nada pode provocar mais incerteza jurídica do que a medida provisória. Um novo governo pode não estar de acordo e deixar de reeditá-las", assinalou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que essa questão é a mais dramática e cruel do Congresso desde a Constituição de 1988. Para ele, o projeto de iniciativa da Câmara é pior do que o aprovado pelo Senado.

"O único mérito é a diminuição do número de medidas provisórias. Eu prefiro o decreto-lei que, uma vez editado e publicado, acabou. A MP fica sendo reeditada infinitamente", argumentou o senador.

O senador Jefferson Péres ilustrou o seu pronunciamento lendo o discurso

de despedida do ex-deputado Almino Afonso, em que lamenta o fim da oratória, o plenário vazio e o asfixiamento da palavra.

"A palavra do orador, ilhado na tribuna, para a qual ninguém atenta, é de uma inutilidade absoluta. Estranho destino o de um Parlamento onde a palavra está morta. Não bastasse ao orador a incomunicação com seus próprios colegas, ainda vê, em derredor ao plenário, as galerias bloqueadas por paliçadas de vidro fumê, tornando o povo distante, abstrato, irreal", leu o senador.

Jefferson lembrou que o Congresso Nacional tem três funções: a de fórum de debates, de Casa fiscalizadora e – o que considera a mais importante – de órgão legislador. "Essa, o Congresso não está exercendo, foi usurpada pelo Poder Executivo e nós estamos aceitando isso", afirmou.

## Álvaro propõe crédito mínimo do BNDES para agroindústria

Ao comentar noticiário da imprensa e crítica feita em plenário pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) havia anunciado o refinanciamento dos empréstimos de grandes empresas, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) comunicou que apresentará projeto estabelecendo a obrigatoriedade de aplicação de no mínimo 22% do orçamento da instituição no financiamento de projetos no setor da agroindústria.

Na opinião do senador pelo Paraná, a agroindustrialização é o melhor caminho para combater dois problemas que atingem o país: o desemprego e o êxodo rural. Ele argumentou que além de proporcionar a abertura de mais postos de trabalho, estas vagas são criadas no campo, e não nas zonas urbanas das cidades.

– A agroindustrialização brota no interior e funciona como um dique de contenção do êxodo, que se dá de

forma exacerbada do interior para os grandes centros urbanos. Só que os trabalhadores oriundos do interior quando chegam nas cidades quase sempre encontram o drama do desemprego, a falta de moradia, a violência e a criminalidade crescente – afirmou Álvaro Dias.

Explicando o seu projeto, Álvaro Dias informou que no ano passado apenas 13% dos recursos do BNDES foram alocados para as agroindústrias. O senador adiantou que a sua proposta exclui o fumo e a bebida para efeito de aplicação das verbas da instituição e considera apenas projetos nos setores agroindustrial, agropecuário e de alimentos.

Álvaro Dias comentou que o redirecionamento de parte dos recursos do BNDES para a agroindústria, por meio do estímulo a cooperativas e empresários do interior do país, possibilitará que a movimentação destes recursos fomentem o surgimento de pequenas, micro e médias empresas, es-



Álvaro quer ver aplicados na agroindústria pelo menos 22% dos recursos do BNDES

timulará a agricultura e movimentará o comércio e o setor de transportes de vários municípios.

– Apelo aos senadores para que possibilitem uma rápida tramitação e aprovação deste projeto, a fim de que, na agenda positiva do Senado, se discuta um assunto e se aprove uma proposta em benefício da grande parte da população de trabalhadores desempregados do país – resumiu Álvaro Dias.



José Jorge disse que sindicalistas, mulheres e jovens devem ser incorporados à Executiva do partido

## José Jorge anuncia mudanças na Executiva Nacional do PFL

A Convenção Nacional do PFL deverá fazer uma série de modificações no regimento interno do partido, de modo a integrar nos quadros da Executiva Nacional representantes do movimento sindical, feminino e da juventude, assim como os presidentes das seções do Instituto Tancredo Neves, que passarão a ser membros da Executiva.

O anúncio foi feito pelo senador José Jorge (PFL-PE), que convidou todos os senadores, particularmente os de seu partido, a participarem da convenção nacional, nesta quinta e sexta-feiras, no Congresso Nacional.

Os convencionais pefelistas também deverão reconduzir o senador Jorge Bornhausen (SC) a seu terceiro mandato como presidente do partido, conforme José Jorge, por seu trabalho em prol do fortalecimento partidário.

Hoje, salientou o senador, o PFL conta com 3,3 milhões de filiados, 14.300 vereadores, 1.276 prefeitos, 217 deputados estaduais, 109 deputados federais, 21 senadores, seis governadores, sete vice-governadores e sete prefeitos de capitais.

A convenção do PFL promoverá

dois seminários, a serem realizados no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados. No primeiro, "Cenários da Economia para o Ano 2000", previsto para 14h30 do dia 6, o tema será debatido pelos economistas César Maia, ex-deputado e ex-prefeito do Rio de Janeiro; Paulo Guedes; Daniel Dantas, diretor do Opportunity; e Paulo Rabelo de Castro, presidente do Instituto Atlântico.

O segundo, "Globalização Partidária", contará com a presença do vice-presidente da República, Marco Maciel, e de parlamentares de outros países, acrescentou José Jorge. No dia 7, às 9 horas, no Auditório Nereu Ramos, haverá a instalação da Convenção Nacional, cujo encerramento será feito em sessão solene com a participação das principais lideranças pefelistas.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que José Jorge, por lealdade partidária, deixou uma lacuna na sua comunicação ao plenário, ao não salientar que o anúncio e o convite estavam sendo feitos pelo vice-presidente do PFL, cargo atualmente ocupado pelo senador pernambucano.

## Melo registra melhora do estado de saúde de Ronaldo

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), no exercício da presidência da sessão deliberativa da tarde de ontem, manifestou "alívio e satisfação" diante das boas notícias sobre a saúde do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que sofreu um acidente vascular cerebral no sábado passado.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou votos de recuperação completa e rápida ao colega e conterrâneo.

Geraldo Melo leu o boletim médico divulgado ontem pelo Incor, no qual os profissionais responsáveis pelo tratamento de Ronaldo Cunha Lima afirmam que seu quadro clínico é estável, com os sinais vitais preservados, e exames respiratórios e laboratoriais normais. "Mantido o atual ritmo de evolução, o senador deverá permanecer mais 48 horas sob cuidados semi-intensivos", diz o comunicado.



Geraldo Melo: "Alívio" com a recuperação de Ronaldo Cunha Lima



# CAE aprova crédito externo para apoiar empresas

Recursos de até US\$ 1,2 bilhão serão contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiar micro e pequenos empreendedores, cooperativas e formas associativas de produção

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) a autorização para contratação de crédito externo no valor de até US\$ 1,2 bilhão, destinado ao financiamento do Programa Global de Apoio Creditício às Pequenas e Médias Empresas. Com garantia do governo brasileiro, a operação de crédito deverá ser realizada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O presidente da CAE, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), comprometeu-se verbalmente a levar o presidente do BNDES, Pio Borges, à comissão, antes de a matéria ser decidida no plenário do Senado, conforme requerimentos dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP). A garantia foi dada antes da votação.

## AUTÔNOMOS

O relator da mensagem disse que o Programa Global de Apoio Creditício às Pequenas e Médias Empresas, além de apoiar pequenos e micro empreendedores, urbanos e rurais, cooperativas e formas associativas de produção, também beneficiará trabalhadores autônomos na obtenção de crédito junto às instituições financeiras oficiais.

Luiz Estevão destacou que o empréstimo de US\$ 1,2 bilhão, com prazo de carência de cinco anos, taxa anual de juros correspondente à taxa básica Libor acrescida de um diferen-

cial de 4% ao ano, tem, também, o objetivo de aumentar o nível de reservas externas do país, inclusive dispensando o mutuário – BNDES – da prestação das respectivas contragarantias.

Mesmo admitindo que o empréstimo tem o mérito de ser destinado a



Luiz Estevão deu parecer favorável à contratação de crédito externo no valor de até US\$ 1,2 bilhão

um setor da economia que está precisando de apoio, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) criticou as taxas de juros, que considerou muito elevadas.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) observou, no entanto, que, se o BNDES passar a empregar as prefeituras para repassar os recursos aos pequenos e médios empresários, utilizando o mesmo esquema dos *bancos do povo* que já existem em vários estados, “estará sendo dado um passo importante”.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) criticou as práticas adotadas pelo BNDES para financiar os que não são grandes empresários. Ele acusou o Banco do Brasil, habitualmente utilizado como agência repassadora do BNDES, de discriminar os pequenos e médios empresários.

– No interior do meu estado, depois de aguardar mais de dois anos por um empréstimo de R\$ 4 milhões, para o qual dava garantia de R\$ 8 milhões, um empresário foi obrigado a desistir, porque o Banco do Brasil lhe exigia R\$ 20 milhões de garantia, protestou Carlos Bezerra.

Único a votar contra a proposta, o senador Lauro Campos (PT-DF), esclareceu que, mesmo que o emprés-

timo externo solicitado “fosse para salvar 200 crianças”, não daria seu apoio”. Ele argumentou que, “como acontece sempre, na hora de pagar esses empréstimos, seremos obrigados a fazer cortes e sacrifícios sociais, que dentro de pouco tempo jogariam mais 600 crianças na rua”.

Também tomaram parte nos debates sobre a autorização para operação de crédito os senadores José Alencar (PMDB-MG), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Paulo Hartung (PSDB-ES).

## Senadores querem ouvir presidente do BNDES

Na reunião de ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-DF) solicitando esclarecimentos de José Pio Borges, presidente do BNDES, sobre a operação que a instituição, juntamente com o Banco do Brasil e o Banco Goldman Sachs, estaria preparando com o objetivo de permitir que as empresas brasileiras endividadas em moeda estrangeira possam trocar e alongar seus débitos.

A comissão já havia aprovado, anteriormente, requerimento do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) convidando Pio Borges a prestar esclarecimentos. No entanto, como a imprensa vem noticiando a provável operação de socorro às empresas endividadas, Suplicy entendeu ser necessário abrir mais o leque das questões que o presidente do BNDES deverá responder.

Suplicy quer saber do BNDES o por-



Suplicy busca informações sobre operação para ajudar empresas endividadas em moeda estrangeira

quê da criação de uma empresa sediada nas ilhas Cayman com a finalidade de lançar títulos no mercado internacional em troca de papéis de empresas brasileiras emitidos no exterior, e quais serão os sócios dessa nova empresa.

## Comissão aceita dedução no Imposto de Renda de pagamento a doméstico

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) a três projetos de lei do Senado que instituem a possibilidade de dedução, na declaração anual de rendimentos da pessoa física, dos gastos com trabalhadores domésticos.

Os projetos são dos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Renan Calheiros (licenciado) e da então senadora Benedita da Silva. A matéria foi aprovada em caráter terminativo.

O substitutivo altera a data do início da vigência da nova lei para o primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação, conforme exigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias. De acordo com a proposta, a dedução é limitada a cinco mil Unidades Fiscais de Referência – aproximadamente R\$ 400,00 por mês. Caso a soma dos salários pagos no ano-base não atinja esse limite, o empregador poderá



José Roberto Arruda espera que o projeto estimule o mercado de trabalho doméstico

adicionar-lhe as contribuições sociais e os encargos trabalhistas por ele recolhidos no mesmo exercício.

– Concordamos com a argumentação dos autores defendendo que a aprovação de seus projetos irá retirar da informalidade aproximadamente quatro milhões de trabalhado-

res. Além disso, acreditamos que a lei poderá dar um novo ânimo ao mercado de trabalho doméstico, levando as pessoas de classe média a admitir novos empregados, bem como a remunerá-los melhor – disse José Roberto Arruda.

O senador entende que não haverá perdas significativas de receita pública federal se o projeto for transformado em lei. Para ele, a discreta redução na arrecadação do Imposto de Renda será mais que compensada com o incremento no produto das contribuições da seguridade social em decorrência da inovação.

– Enquanto a dedução das despesas com os trabalhadores domésticos será feita nos rendimentos tributáveis pelo Imposto de Renda (e não no imposto a pagar), a seguridade social terá um acréscimo certo de cerca de 20% da soma de praticamente todos os salários pagos aos domésticos – argumentou o relator.

## Amir Lando pede modelo que favoreça a produção

O senador Amir Lando (PMDB-RO) defendeu um novo modelo de desenvolvimento para o país, baseado no fortalecimento da produção nacional de bens e serviços. Para ele, a opção pela política monetária, que privilegiou o capital financeiro em detrimento do capital produtivo, sufocou a produção brasileira.

– O produtor é uma das maiores vítimas do modelo econômico adotado nos últimos anos. De um país que não produz, não se pode esperar melhores índices de emprego e distribuição de renda”, disse o senador.

Amir Lando observou que os recursos que faltaram para a produção nacional são os mesmos que jorraram, quase sem limites, para a especulação, acrescentando que, por isso, defende uma “inversão de valores”, a fim de priorizar o setor produtivo.

– A produção gera bens, empregos, melhor distribuição da renda, qualidade de vida e orgulho patriótico. A ciranda financeira multiplica dívidas, traz recessão, desemprego, insegurança e perda da identidade nacional – salientou Amir Lando, que confia na capacidade da CPI do Sistema Financeiro de “trazer à luz” os números das perdas sofridas pelo país com operações de socorro a bancos e outras medidas de política monetária, como a recente desvalorização do real.



Recursos que faltam à produção são os mesmos que jorraram para a especulação, diz Lando

Esses valores, segundo o senador “tangenciam a casa do meio trilhão de reais, mais da metade de tudo o que o país produz em um ano”. Ele acredita que, se o governo tivesse concentrado esforços na produção de bens e serviços, “ao invés de sanear bancos quebrados”, e mantido a dívida pública nos níveis de quatro anos atrás, o país poderia ter um aumento de cerca de 50% no Produto Interno Bruto.

Amir Lando lembrou que, mantidas as estimativas do Banco Mundial para o próximo ano, um novo contingente de quatro milhões de brasileiros “será empurrado para baixo da linha da pobreza”, razão pela qual defende uma mudança radical no atual modelo econômico.

# Senado vota amanhã limites de despesas com pessoal

Pela proposta já aprovada pela Câmara dos Deputados e agora em exame no Senado, gastos com folha de salários dos servidores estarão restritos a 50% da receita líquida na União e a 60% nos estados e municípios

O projeto de lei complementar que limita as despesas totais com pessoal da União, estados, Distrito Federal e municípios entrará na pauta de votações do plenário do Senado amanhã, conforme requerimento de urgência aprovado ontem pelo plenário. O Bloco Oposição votou contra.

Requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sustentando a tramitação do projeto até que o Ministério do Orçamento e Gestão enviasse informações sobre a situação fiscal das entidades federadas não chegou a ser apreciado. Conforme o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o requerimento nada teria a ver com a matéria.

De iniciativa do Executivo e já aprovado na Câmara, o projeto de lei complementar estabelece que a União limitará a 50% da receita corrente líquida federal (somatório das receitas tributárias, das contribuições patrimoniais,

industriais, agropecuárias e de serviços, e das transferências correntes) as despesas totais com pessoal (inclui gastos com ativos, inativos e pensionistas, excetuados os gastos com indenizações por demissões, inclusive as voluntárias). Estados e municípios, por sua vez, deverão limitar despesas de pessoal a 60% de suas respectivas receitas correntes líquidas.

Pelo projeto, as entidades federadas terão de se adaptar aos novos limites à razão de dois terços do excesso de pessoal no primeiro ano subsequente à aprovação do projeto e de um terço no segundo ano. Verificada a existência de excesso de despesas, União, estados e municípios ficarão proibidos de conceder vantagens ou aumentos salariais, de criar cargos ou alterar a estrutura de carreiras e de efetuar novas admissões. As medidas atingem órgãos e entidades da administração direta e indireta mantidos pelos respectivos po-

deres públicos.

No caso de descumprimento do cronograma de ajuste das despesas com pessoal, o projeto prevê a suspensão do repasse de recursos federais e estaduais e a proibição de realizar operação de crédito junto a instituições financeiras federais. A União, por sua vez, não poderá conceder garantia a empréstimos.

As providências a serem adotadas pelos entes estatais com excesso de pessoal, conforme o projeto, serão graduativas, aplicadas consecutivamente até que o limite seja atingido: redução dos cargos em comissão e das funções de confiança em pelo menos 20%; exoneração de servidores não-estáveis; e exoneração de servidores estáveis.

Essa proposta do Executivo será apreciada em conjunto com projeto de lei complementar de autoria do senador Romero Jucá (PFL-RR) que modifica a chamada Lei Camata, de 1995.



O plenário deve apreciar, junto com a proposta do Executivo, projeto de lei complementar do senador Romero Jucá que modifica a Lei Camata



## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1999

1

*Projeto de Resolução n.º 50, de 1999 (Of. n.º S/8, de 1999).* CAE. Autoriza o município de Montes Claros — MG, a contratar operação de crédito junto ao Fundo de Investimento do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios — FUNDO SOMA, administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A — BDMG, no valor de R\$ 6.600.000,00, a preços de 31 de outubro de 1998, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana. Relator: Senador Carlos Bezerra.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

2

*Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição n.º 19, de 1997.* Antonio Carlos Valadares e outros. Dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde, e dá outras providências. Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação para o segundo turno. Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão, em segundo turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, para o terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, e votação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

## Montes Claros é autorizado a contratar empréstimo



Carlos Bezerra

O município mineiro de Montes Claros foi autorizado pelo plenário do Senado a contratar operação de crédito no valor de R\$ 6,6 milhões junto ao

Fundo de Investimento do Programa de Saneamento Ambiental (Fundo Soma), administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Os recursos financiarão investimentos em infra-estrutura urbana, principalmente em obras de macrodrenagem.

O empréstimo deverá ser pago pelo município até 2014, em 144 parcelas mensais, com 36 meses de carência, taxa de juros de 9,5% ao

ano (incidentes também no período de carência) e índice de atualização de 100% do IGPM sobre o saldo devedor.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), autor do parecer favorável ao empréstimo, destacou a importância das obras para o município, no que foi acompanhado pelos senadores José Alencar (PMDB-MG) e Arlindo Porto (PTB-MG).

## Fogaça vê revés na integração do RS à modernização industrial

A integração gaúcha no processo de modernização industrial do país sofreu sério revés com a decisão da Ford de "desistir do Rio Grande do Sul", disse ontem o senador José Fogaça (PMDB-RS) "em nome de todos os gaúchos". O fato será "um marco negativo na história do estado, lembrado amarga e tristemente pelas futuras gerações", enfatizou.

— O 30 de abril de 1999 irá para a história como um dia fatídico — insistiu.

O senador observou que o projeto da Ford desdobrava-se em pelo menos quatro anos, representava grande inovação no parque industrial sulista e, conforme contrato firmado com o governo estadual anterior, implicava a concessão de incentivos fiscais e uma linha de financiamento.

O contrato, acrescentou, exigiria dispêndios do governo, mas a maior parte deles "se traduziria em obras de



Fogaça diz que decisão Ford é "um marco negativo" para os gaúchos

interesse social de amplo alcance", como a duplicação da BR-116 no trecho Porto Alegre-Guaíba, a construção do trevo de entrada e do terminal rodoviário do município de Guaíba e a instalação da Escola Técnica Henry Ford, em que professores e técnicos americanos repassariam tecnologia e *know how* a secundaristas e técnicos gaúchos.

Fogaça relatou que, a pedido do governador Olívio Dutra, o presidente da Assembléia Legislativa contactou o presidente da Ford no Brasil para tentar reverter a decisão do dia 30. Este declarou que, "mais do que o rompimento do contrato, desistia por causa do tratamento recebido", afirmou o senador. Conforme Fogaça, o presidente da Ford teria reclamado da "desconsideração", "apequenamento" e "ofensas" recebidos por parte do governo estadual.

## Idosos podem ter desconto de 30% nas passagens

Projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) assegura o direito a desconto de 30% aos maiores de 60 anos em viagens nacionais e internacionais no valor regular das passagens aéreas, rodoviárias, ferroviárias e marítimas.

Em sua justificativa, o senador Ramez Tebet esclarece que, a exemplo do que ocorre nos países desenvolvidos, a proposta tem como objetivo incorporar essa faixa etária ao fluxo de turismo e lazer, "em justo proveito pessoal e com efeitos positivos para essa crescente atividade econômica".

Em sua proposta, o senador cita a Constituição que cuidou de determinar no artigo 230 que "a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida".

## Valadares registra propostas de prefeitos contra a seca

Com 400 mil pessoas atingidas pelos efeitos da seca prolongada nos estados de Alagoas e Sergipe e a notícia de que o governo federal iria suspender o programa de frentes emergenciais de trabalho, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou ontem que os prefeitos daqueles estados encaminharão ao presidente da República documento com propostas de soluções urgentes e de médio e longo prazos para a seca na região.

Reunidos em torno da Associação dos Municípios Alagoanos e da União das Prefeituras do Vale do São Francisco de Sergipe, os prefeitos propõem a Fernando Henrique Cardoso, entre outras medidas, a suspensão do pagamento dos débitos dos dois estados para com a União pelo prazo mínimo de seis meses, de modo a que os recursos possam



Valadares informa que prefeitos encaminharão propostas ao presidente

ser utilizados em obras permanentes de convivência com a seca.

Os prefeitos, enfatizou o senador, também sugerirão a liberação imediata dos recursos orçamentários alocados para seus municípios no Orçamento Geral da União para 1998 e 1999 e a manutenção do Programa de Combate dos Efeitos da Seca (frentes produtivas e

carros-pipas), com sua ampliação a todos os municípios sob calamidade pública e acréscimo de 50% nesses benefícios destinados à zona rural. Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) atestou que a situação dos municípios alagoanos e sergipanos é crítica e manifestou seu desalento com a notícia de que o governo federal acabará com as frentes produtivas sob a alegação de que essa "economia" estaria "entre as obrigações firmadas pelo país com o FMI".



## Lauro fala sobre mínimo na TV

Em entrevista à TV Senado, o senador Lauro Campos (PT-DF) lamenta o valor de R\$ 136 para o novo salário mínimo, segundo ele uma cifra bem abaixo dos US\$ 250 prometidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

O senador disse que em vez de



Lauro Campos

aumento os trabalhadores tiveram em 13 de janeiro, com a desvalorização do real, o salário mínimo reduzido para US\$ 65.

O programa irá ao ar hoje, às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

## Turra vê agricultura mais competitiva

A agricultura brasileira tornou-se mais competitiva a partir da nova política cambial adotada pelo país. Isso também trouxe alguns problemas, já que vários insumos agrícolas, como os adubos, fertilizantes e medicamentos usados no combate às pragas e doenças, ficaram mais caros.

Mesmo com os problemas de estímulos que atingiram alguns estados as perspectivas para a safra 98/99 são de



Turra

um crescimento de 8,8% em relação à safra anterior. As informações são do ministro da Agricultura, Francisco Turra, em entrevista ao *Agenda Econômica*, programa da TV Senado, que irá ao ar hoje, às 13h30 e 21h15.

O ministro Francisco Turra falou também sobre sua prioridade no governo, que é a erradicação da febre aftosa. Ele disse que a meta é eliminar a doença até o ano de 2003.

# Suassuna teme ampliação do conflito na Iugoslávia

Ele pede ao Senado que fique atento ao que vem ocorrendo nos Bálcãs e diz que diplomacia brasileira, confusa, toma posições ambíguas

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) alertou ontem para a gravidade da situação nos Bálcãs. "Num mundo cada vez mais globalizado, que subverteu as concepções tradicionais de tempo e espaço, a ampliação de um fenômeno como esse é uma possibilidade concreta", disse.

Segundo Suassuna, o Senado precisa estar atento ao que vem ocorrendo. "Esse é um desafio em relação ao qual não podemos nos omitir, oferecendo subsídios à condução da política externa brasileira. No caso específico da crise na Iugoslávia, sinto que até a chancelaria brasileira – reconhecida por sua tradicional competência – está confusa, tomando atitudes que pecam pela dubiedade", enfatizou.

Ney Suassuna lembrou que ao verdadeiro genocídio que já vinha sendo praticado na região nos últimos anos juntou-se agora a intervenção externa, representada pelas forças da Otan (Or-



Suassuna: Estados Unidos assumiram a posição de síndico do "condomínio em crise"

ganização do Tratado do Atlântico Norte) sob o comando dos Estados Unidos. "Penso que algo de muito grave envolve o atual estágio do conflito. Uma guerra civil transformou-se em conflito

ampliado, em que a perda do controle sobre os acontecimentos pode levar a uma conflagração mundial", alertou.

Para o senador pela Paraíba, estados e nações parecem estar perdidos em meio a um novo cenário mundial. "Espanta-me o fracasso dos órgãos e mecanismos tradicionais criados para fixar parâmetros e dirimir conflitos nas relações internacionais. Dentro desse quadro, os Estados Unidos assumiram a posição de síndicos de um condomínio em crise", frisou.

No caso do Iraque, lembrou Ney Suassuna, havia uma atenuante na forma de uma delegação das Nações Unidas. "Agora nem isso. Não estou fazendo juízo de valor, mas registro, com preocupação, o fato de que, neste final de século, o mundo esteja carecendo de instituições que possam regular as relações entre estados e consolidar uma nova concepção de direito universal."

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h – *Saúde Todo Dia* – Atividade: Yoga  
6h30 – *Especial Unip* – Assunto: O Sono – 1ª parte  
7h – *Saúde Todo Dia* – Atividade Unibiótica  
7h30 – *Especial Unip* – Assunto: O Sono – 1ª parte  
8h – *Saúde Todo Dia* – Atividade: Tai-chi-Chuan  
8h30 – *Jornal do Senado*  
8h55 – *Senado em Pauta*  
9h – *Cores do Brasil* – Turismo no Maranhão  
9h30 – *Entrevista* – O senador Lauro Campos fala sobre o salário mínimo e a distribuição de renda  
10h – CPI do Judiciário (vivo)  
14h30 – Sessão Plenária (vivo)  
Logo após – CPI do Sistema Financeiro (vivo)  
21h – *Jornal do Senado*  
21h15 – *Agenda Econômica* – O ministro da Agricultura, Francisco Turra, fala sobre a safra 99 e os investimentos para a área  
21h55 – *Senado em Pauta*  
22h – Sessão Plenária (reapresentação)  
Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa *Fala Cidadão*.

shes de reportagens, institucionais, especiais e o programa *Fala Cidadão*.

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h – Agenda Senado.  
Em seguida – Música e informação  
10h – CPI do Judiciário (ao vivo)  
Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida – Música e informação  
18h – CPI do Sistema Financeiro (ao vivo)  
Em seguida – Música e informação  
19h – "A Voz do Brasil".  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste". Em seguida – Música e informação  
21h – "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste". Em seguida – Música e informação  
21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste". Em seguida – Música e informação  
0h – Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida – Música e informação

## Cândido pede voto de repúdio à ação militar

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apresentou requerimento solicitando que o Senado endosse voto de repúdio às ações militares desenvolvidas desde o dia 24 de março pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), com o apoio dos Estados Unidos, contra a Iugoslávia, "desprezando a solução pacífica para a questão do Kosovo".

Ao justificar o requerimento, Geraldo Cândido disse que a Otan, promovendo bombardeios diários

sobre a Iugoslávia, com o pretexto "humanitário" de resolver a questão do Kosovo, "não poupa nem mesmo aqueles que se propõem a defender, atingindo alvos militares e, infelizmente, civis".

Para ele, se a política do presidente da Iugoslávia, Slobodan Milosevic, com sua limpeza étnica sobre os kosovares albaneses, é condenável, mais ainda é a reação comandada pelos países da Otan, que abandonaram a via diplomática de resolução

do impasse para promover bombardeios indiscriminados.

– Nada justifica o conflito que o mundo hoje observa via satélite, e, como representantes do povo brasileiro, com este voto de repúdio, estamos expressando a índole pacifista do Brasil e denunciando a farsa da "guerra humanitária". Urge o cessar-fogo e a volta à mesa de negociações – frisou Geraldo Cândido ao justificar o requerimento.

## Projeto isenta do pagamento de taxa o correntista que abre conta para receber créditos

Como forma de coibir o abuso na cobrança de tarifas pelas instituições bancárias, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apresentou projeto de lei instituindo a conta-pagamento padrão. O projeto vai beneficiar os correntistas compulsórios – que tiveram abertura de conta motivada por imposição do órgão pagador, para crédito da respectiva remuneração –, isentando-os do pagamento de tarifas bancárias.

Na avaliação do senador, as instituições bancárias, amparadas por resolução do Banco Central, lançaram mão de cobrança indiscriminada de tarifas pelos serviços prestados e postos à disposição dos correntistas. Ele acrescenta que o projeto vai propiciar, também,

condições práticas para que o cliente da conta-pagamento padrão tenha a opção de operar com outro banco, que não o oferecido pela fonte pagadora.

Geraldo Cândido argumenta que, além de tributos como o IOF e a CPME, "os clientes dos bancos, agora, ficaram reféns da imposição arbitrária de um número excessivo de tarifas". Ele lembrou que são cobrados dos clientes manutenção da conta, emissão de segundo talonário de cheques por mês, de extrato de conta corrente e de emissão de cartão e compensação de cheques, entre outros serviços.

– Essa prática revela o alto grau de despreparo de nossas instituições bancárias, que não souberam ser eficientes



Geraldo Cândido afirma que os clientes agora ficam reféns da imposição dos bancos

em tempo de inflação moderada. Há bancos cobrando indiscriminadamente de R\$ 3,50 a R\$ 30,00 mensais pela manutenção de conta; de R\$ 9,00 a R\$ 13,00 por cartão emitido; de R\$ 0,50 a R\$ 1,30 por cheque de valor inferior; de R\$ 4,50 a R\$ 8,00 por emissão de segundo talão – explica o senador.



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Plenário vota extinção do juiz classista

Proposta de emenda constitucional que acaba com a representação de classe na Justiça do Trabalho tem substitutivo do relator, senador Jefferson Péres

O plenário do Senado deve votar hoje, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que acaba com a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho. Se aprovada, a matéria será submetida à segunda votação e, mantida a aprovação, irá ao exame da Câmara dos Deputados.

De autoria do então senador Gilberto Miranda, a iniciativa recebeu um substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta original extinguiu a

representação classista nos tribunais do Trabalho, superiores e regionais, e nas juntas de conciliação e julgamento de primeira instância.

O substitutivo de Jefferson incluiu uma regra de transição, permitindo aos juizes classistas em exercício concluir seus mandatos. Na mesma sessão, será discutida proposta da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) que altera os critérios de escolha dos juizes classistas.

Relator também desta iniciativa, Jefferson Péres recomenda voto contrário, alegando que ela man-

tém os juizes classistas.

Ainda hoje, o Senado cumpre o terceiro dia de discussão da proposta de emenda constitucional que regulamenta a destinação de recursos da União, estados, Distrito Federal e municípios para a execução, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposta foi apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e, durante a tramitação na CCJ, recebeu substitutivo do relator, então senador Esperidião Amin, que fez pequenas alterações na iniciativa original.

De acordo com o substitutivo, a União terá que destinar 30% dos recursos do orçamento da seguridade social para o SUS. Já os estados aplicarão 12% e os municípios no mínimo 10%, incluído até mesmo o dinheiro que recebem da União como transferência constitucional.

Amanhã, o plenário do Senado deverá votar o projeto de lei complementar que limita as despesas totais com pessoal da União, estados, Distrito Federal e municípios. Requerimento nesse sentido foi aprovado ontem (veja Página 10).

## Emilia cobra mais debate sobre Furnas

Em audiência com o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), solicitou ontem o aprofundamento do debate em torno da cisão e privatização de Furnas Centrais Elétricas. A senadora foi acompanhada pela deputada Jandira Feghali e outros parlamentares, pelo professor Maurício Tolmasquin, do Programa de Planejamento Energético da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e representantes dos trabalhadores do setor.

Emilia argumentou que o aprofundamento do debate sobre Furnas é pertinente para que sejam esclarecidas divergências entre a posição do governo e da sociedade organizada acerca da privatização. O grupo enfatizou, na audiência, a questão da segurança no abastecimento de energia dos estados de Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e Rio de Janeiro, a possibilidade de aumento do custo e a perda de empregos e arrecadação.

Segundo Emilia, o ministro mostrou-se aberto ao diálogo, salientando, porém, a urgência do tempo, uma vez que ainda este mês deve se realizar a assembléia que vai deliberar sobre a fusão e a privatização. Ela informou que o grupo solicitará audiência ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para pedir seu apoio no sentido de sensibilizar o governo por um tempo maior para o debate. Além disso, na próxima semana a Comissão de Infra-Estrutura deverá realizar audiência pública sobre o tema.



Emilia alerta para riscos da privatização

## Alcântara: socorro para médios empresários

Em apelo dirigido ao ministro do Desenvolvimento, Celso Lafer, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu ontem que o governo encontre formas de socorrer também as médias empresas endividadas, já que o BNDES irá financiar as grandes empresas prejudicadas pela alta do dólar. O senador argumentou que, com o aumento da moeda norte-americana, houve um agravamento das dívidas dessas empresas que contraíram empréstimos no exterior, considerando por isso razoável a iniciativa, mas perguntou o que será das médias empresas.

– Tenho certeza de que os senadores conhecem, em seus estados, empresas que estavam se desenvolvendo, foram surpreendidas pelas medidas



Lúcio Alcântara vê a média empresa desprotegida diante da mudança cambial

do governo e hoje não estão sendo abrigadas por nenhuma iniciativa de financiamento – disse Alcântara,

acrescentando que conhece empresas que estavam com ótima liquidez e entraram em situação quase falimentar com a valorização do dólar.

Ele observou que as micro e pequenas empresas já estão sendo atendidas por uma linha de crédito, mas “quem está desprotegido, além do cidadão, que não tem para quem apelar, é a média empresa”. Por isso, frisou, é preciso que o governo se sensibilize por esse setor, ainda não enquadrado em nenhuma situação para receber apoio.

– É necessário que os órgãos da área econômica do governo façam tudo com clareza, com critérios, e atendam à média empresa, porque esta é a mais prejudicada, já que não há uma linha de crédito dirigida a ela – completou.

## Jonas pede licença e Blairo Maggi assume como senador por Mato Grosso

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, deu posse ontem, em plenário, no cargo de senador, a Blairo Maggi (PFL), primeiro suplente de Jonas Pinheiro (PFL-MT), que solicitou licença por 120 dias, por motivos de saúde. A posse foi assistida por familiares e amigos do novo integrante da bancada mato-grossense no Senado Federal.

Blairo Maggi ressaltou, em seu primeiro discurso no plenário, os compromissos assumidos com a população que o elegeu, de trabalhar pela agricultura e pela região. “Serei um soldado para defender os interesses do Parlamento, mas um general na defesa dos interesses da Amazônia, em especial de Mato Grosso”, garantiu.

Para o novo senador, o estado precisa, urgentemente, de “um programa de desenvolvimento que aproveite as condições que a natu-



Maggi promete ser “um general na defesa da Amazônia e de Mato Grosso”

reza lhe proporcionou”. Ele exemplificou com “os 900 mil km<sup>2</sup> de área e rios que podem ser aproveitados como hidrovias”.

Conforme destacou Blairo Maggi, se o estado de Mato Grosso utilizar somente 30% de suas terras para a agricultura, preservando as reservas ambientais, essa superfície será equivalente a toda a área plantada do Brasil atualmente. “Essa política promoveria grande desenvolvimento para o país, gerando bilhões de dólares para nossa balança comercial e os milhares de empregos de que a sociedade tanto necessita”, afirmou.

Falando pela liderança do PPB, o senador Ernandes Amorim (RO) saudou o novo senador por Mato Grosso, afirmando que, “se o presidente Fernando Henrique Cardoso avaliar os benefícios para as regiões Norte e Centro-Oeste obtidos através do suporte proporcionado aos negócios da família Maggi, jamais deixará de prestigiar a agricultura”.

## CRE adia pauta por uma semana

Observando que dez integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional estavam participando das comissões parlamentares de inquérito em atuação na Casa, o senador José Sarney (PMDB-AP), presidente da CRE, encerrou a reunião de ontem, determinando que a pauta será examinada na reunião da próxima semana.

Um grupo de índios comparecera à comissão, interessado na aprovação do texto da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. Sarney foi cumprimentá-los, lamentando que não houvesse *quorum* para a reunião.

Os índios posaram para fotografias com o presidente da Comissão de Relações Exteriores. Numa rápida exposição, Jorge Terena, representante do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas, pediu a Sarney que acelere a aprovação dessa convenção e que vote a favor.

## Rocha quer explicação sobre ajuda a empresas

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) espera que o presidente do BNDES, Pio Borges, explique à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) o programa de ajuda às empresas endividadas com empréstimo do exterior. O senador quer saber se o projeto vai ter um custo para o Brasil e qual o montante dele e afirma que o tema pode ser a ponta de mais um *iceberg* de um novo escândalo econômico.

Rocha citou ontem a matéria “Bird critica plano do BNDES para dívidas” do jornal *Folha de S. Paulo*, publicada no último dia 29, ressaltando que aquela entidade financeira internacional é uma instituição aliada do governo. Lembrou debate suscitado pela CNBB, que em recente documento afirma textualmente que “este governo tem uma grande preocupação em resolver os problemas dos bancos, mas não tem a mesma diligência quando se trata de resolver questões como educação, habitação, emprego e saúde”.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) concordou com Sebastião Rocha, dizendo que o governo prioriza os problemas econômicos em detrimento dos sociais. Valadares disse que, com o esvaziamento da Sudene, não existe um comprometimento do governo com o Nordeste e perguntou como “podemos ter um país desenvolvido, com as regiões empobrecendo cada vez mais”?